



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
BAIXIO – CEARÁ.**



PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR 2023 - EDITAL Nº 001/2023

PROVA OBJETIVA

Nome do/a Candidato/a:

Nº do RG ou CPF:

Data: 09 de Julho de 2023.

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Além deste caderno contendo 20 (vinte) questões objetivas, você receberá o CARTÃO RESPOSTA.
2. Cada questão tem apenas **UMA** resposta correta das opções **A, B, C e D**.
3. Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o aplicador de prova, para que sejam tomadas as devidas providências. Não serão aceitas reclamações posteriores.
4. Você dispõe de 4 (quatro) horas para realização da prova, já incluído o tempo para marcação do CARTÃO RESPOSTA, com início às 08h e término às 12h.
5. O candidato obrigatoriamente só poderá ausentar-se da sala depois de decorrida 1 (uma) hora do início da Prova. A inobservância desse ponto elimina sumariamente o concorrente.
6. Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida troca do CARTÃO RESPOSTA em caso de erro do candidato.
7. A maneira correta de marcar as respostas na **FOLHA DE RESPOSTA** é cobrir **totalmente o espaço** correspondente a letra a ser assinalada.
8. Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.
9. Os últimos 3 (três) candidatos deverão aguardar na sala até que todos completem a Prova. Eles devem, presenciar o lacre do envelope contendo todas as Provas, com assinatura do aplicador e dos referidos candidatos.
10. Será automaticamente eliminado do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de BAIXIO/CE - quadriênio 2024/2028, o (a) candidato (a) que durante a realização da Prova descumprir os procedimentos definidos no Edital Nº 01/2023 do CMDCA do referido Processo e no adendo 01/2023 que trata da Prova Objetiva.
- 11.

BOA SORTE!



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
BAIXIO – CEARÁ.**



PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR 2023 - EDITAL Nº 001/2023

PROVA OBJETIVA

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA (LEI FEDERAL Nº 8.069/1990).

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe o caminho para se concretizar o Artigo 227 da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias fundamentais a crianças e adolescentes. Sobre a idade estabelecida no ECA, em seu artigo segundo, definindo e diferenciando criança e adolescente, **assinale a alternativa correta.**
 - a) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
 - b) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até treze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
 - c) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
 - d) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

2. Considerado o maior símbolo dessa nova forma de se tratar a infância e a adolescência no país, o ECA inovou ao trazer a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. Também reafirmou a responsabilidade da família, sociedade e Estado de garantir as condições para o pleno desenvolvimento dessa população, além de colocá-la a salvo de toda forma de discriminação, exploração e violência. Nesse contexto de direitos e responsabilidades, **assinale a alternativa incorreta.**
 - a) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
 - b) Na interpretação da Lei 8.069/1990, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
 - c) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
BAIXIO – CEARÁ.**



PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR 2023 - EDITAL Nº 001/2023

PROVA OBJETIVA

meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

d) Somente o poder público, tem o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

3. Brasil ainda tem muitos desafios para garantir a plena efetivação do ECA, permitindo que todas as crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados, protegidos e assegurados. Mas nenhum desafio será realmente superado até que o Brasil promova, de fato, a mudança cultural idealizada pelo ECA, ou seja, que a sociedade de modo geral proteja as crianças e adolescentes como pessoas vulneráveis e em desenvolvimento. No que tange aos Direitos Fundamentais, expressos na Lei nº 8.069/1990, julgue as afirmativas abaixo, marcando (V) para verdadeiro e (F) para Falso, e depois **assinale a alternativa com a sequência correta.**

() A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

() É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

() A vacinação das crianças, mesmo nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, não é obrigatória.

() As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.

- a) V, F, F, V.
- b) V, V, F, V.
- c) F, V, F, F.
- d) V, V, V, V.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
BAIXIO – CEARÁ.**



PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR 2023 - EDITAL Nº 001/2023

PROVA OBJETIVA

4. À Luz do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, analise as afirmativas abaixo e **assinale a alternativa incorreta.**
- a) Durante os atendimentos de pré-natal e de puerpério imediato, os profissionais de saúde devem informar a gestante e os acompanhantes sobre a importância do teste do pezinho e sobre as eventuais diferenças existentes entre as modalidades oferecidas no Sistema Único de Saúde e na rede privada de saúde.
 - b) Não incumbe ao poder público, mas somente a rede privada de saúde, proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
 - c) Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.
 - d) A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.
5. O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8.069/1990 –, em consonância com a Constituição Federal de 1988, inscreve em seu Art. 4.º um conjunto de direitos que devem ser assegurados com absoluta prioridade pela família, pela comunidade, pela sociedade em geral e pelo poder público. De acordo com a lei, essa garantia de prioridades compreende: julgue as afirmativas abaixo, marcando (V) para verdadeiro e (F) para Falso, e depois **assinale a alternativa com a sequência correta.**
- () Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
 - () Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
 - () Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
 - () Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- a) V, V, V, V.
 - b) F, F, F, F.
 - c) V, V, V, F.
 - d) F, V, F, V.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
BAIXIO – CEARÁ.**



PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR 2023 - EDITAL Nº 001/2023

PROVA OBJETIVA

6. Acerca do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, regulamentados pelo ECA/1990, **assinale a alternativa incorreta.**
- a) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.
 - b) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
 - c) É dever de todos, exceto da família, velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
 - d) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.
7. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. No que se refere ao Direito à convivência familiar e comunitária, **assinale a alternativa incorreta.**
- a) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas pelo conselho tutelar, não havendo obrigatoriedade de processo judicial.
 - b) Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
 - c) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.
 - d) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
BAIXIO – CEARÁ.**



PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR 2023 - EDITAL Nº 001/2023

PROVA OBJETIVA

8. Acerca da adoção de crianças e adolescentes, analise as afirmativas abaixo marcando (V) para verdadeiro e (F) para falso. Em seguida, **assinale a alternativa com a sequência correta.**

() A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

() A adoção não atribui a condição de filho ao adotado, portanto, não tendo os mesmos direitos e deveres que os filhos biológicos.

() Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

() O adotante há de ser, pelo menos, vinte anos mais velho do que o adotando.

a) V, F, V, V.

b) F, V, V, F.

c) V, F, V, F.

d) F, F, F, F.

9. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, tendo os pais ou responsável a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. Quanto ao dever do Estado em garantir o Direito à Educação, **assinale a alternativa incorreta.**

a) Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

b) Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.

c) Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

d) É facultado a oferta do ensino Médio.

10. Em relação ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, **assinale a alternativa correta.**

a) É proibido qualquer trabalho a menores de dezoito anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

b) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

c) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

d) É proibido qualquer trabalho a menores de quinze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.



PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR 2023 - EDITAL Nº 001/2023

PROVA OBJETIVA

11. À Luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, **assinale a alternativa correta.**

- a) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- b) É permitida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, mesmo sem autorização ou desacompanhado pelos pais ou responsável.
- c) É permitida a venda de bebidas alcoólicas a adolescentes a partir dos dezesseis anos de idade.
- d) As entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, ainda que em caráter temporário, não possuem a obrigação reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos.

12. Dentre as atribuições do Conselho Tutelar, tipificados na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, assinale, **assinale a alternativa incorreta.**

- a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- b) Julgar e decidir casos de adoção.
- c) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- d) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

13. Acerca do que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre local, dias, horário de funcionamento do Conselho Tutelar, e remuneração dos respectivos membros, **assinale a alternativa correta.**

- a) Será disposto em Lei Federal.
- b) Será disposto em Lei Estadual.
- c) Será disposto em Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.
- d) Será disposto em Lei Municipal.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
BAIXIO – CEARÁ.**



PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR 2023 - EDITAL Nº 001/2023

PROVA OBJETIVA

14. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos. No que preconiza o ECA, sobre o Conselho Tutelar e o Processo de Escolha para Conselheiro Tutelar, **assinale a alternativa incorreta.**

- a) É permitida apenas uma recondução para novos processos de escolha para Conselheiro Tutelar.
- b) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos, residir no município.
- c) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- d) O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

15. Sobre as Medidas Socioeducativas, Capítulo IV da Lei nº 8.069, julgue as afirmativas abaixo, marcando (V) para Verdadeiro e (F) para Falso, e em seguida, **assinale a alternativa com a sequência correta.**

() A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

() A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

() A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

() O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto.

- a) V, V, V, F.
- b) V, V, V, V.
- c) F, F, V, V.
- d) F, F, F, F.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
BAIXIO – CEARÁ.**



PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR 2023 - EDITAL Nº 001/2023

PROVA OBJETIVA

INFORMÁTICA: SIPIA CONSELHO TUTELAR

16. Em sua natureza o SIPIA é um instrumento estratégico descentralizado, de interesse público à garantia dos direitos da criança e do adolescente, que inclui, Conselhos Tutelares e Instituições do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. As primeiras versões do SIPIA datam do ano de 1996, desde quando passaram por atualizações e incrementos, em especial no período entre 2008/2010. Muito além de funcionar como repositório de dados, o SIPIA é entendido como uma plataforma de gestão e monitoramento voltada para conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, gestores e técnicos de políticas públicas, atores do sistema de justiça, dentre outros relacionados à garantia, promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Acerca dos principais tipos de registros do SIPIA Conselho Tutelar, **assinale a alternativa incorreta.**

- a) Atendimento.
- b) Denúncia.
- c) Atualização de Benefícios Sociais.
- d) Informação.

17. Para ter acesso ao SIPIA e receber uma senha, cada usuário solicita pessoalmente o seu acesso enviando a documentação diretamente pelo sistema, percorrendo alguns passos, **assinale a alternativa que não corresponde a nenhum dos passos.**

- a) Acesse o portal do SIPIA da internet: www.sipia.gov.br;
- b) Informe seus dados pessoais;
- c) Anexe, nos campos indicados, as imagens do RG ou qualquer documento de identidade (frente e verso), do CPF e do documento de designação na função que ocupa - pode ser o termo de posse, decreto ou portaria, da Prefeitura Municipal ou do governo do Distrito Federal; ou diploma, resolução ou ata de assembleia do Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- d) Aguarde validação do Ministério Público.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
BAIXIO – CEARÁ.**



PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR 2023 - EDITAL Nº 001/2023

PROVA OBJETIVA

18. Sobre o SIPIA, assinale a alternativa correta.

- a) É um sistema web, o que significa que não é necessário instalar o sistema no computador.
- b) É um aplicativo, o que significa que é necessário instalar no computador.
- c) É um software, o que significa que já vem instalado de fábrica em qualquer computador.
- d) É um arquivo Planilha Excel.

PORTUGUÊS

19. A Lei nº 13.010, conhecida como Lei Menino Bernardo ou Lei da Palmada, completou nove anos no dia 26 de junho de 2023 e reacende a discussão sobre o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante. Sancionada em 2014.

O nome da lei é uma homenagem ao caso de Bernardo Boldrini, menino de 11 anos que foi cruelmente assassinado por overdose de medicamentos em abril de 2014, na cidade de Três Passos (RS). Os acusados são o pai e a madrasta de Bernardo, além de dois conhecidos do casal. Ampliando a rede de proteção à criança e ao adolescente, a Lei Menino Bernardo determina que pais ou responsáveis que utilizarem meios violentos na correção dos infantes sejam advertidos sobre o caso e encaminhados ao programa oficial de proteção à família, tratamento psicológico ou psiquiátrico, e programas de orientação.

Já a criança vítima da agressão deverá ser encaminhada a tratamento especializado de acordo com o caso; sendo essas medidas aplicadas pelo Conselho Tutelar e sem prejuízo de outras providências legais.

A legislação marca um avanço para o Brasil ao alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com o texto, essa legislação foi criada para? assinale a alternativa correta.

- a) Estimular a criação e educação não violenta.
- b) Estimular o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.
- c) Estimular o combate ao trabalho infantil.
- d) Estimular a prevenção do tráfico internacional de crianças.



PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR 2023 - EDITAL Nº 001/2023

PROVA OBJETIVA

20. Leia o Poema a seguir:

Não deixar esse crime vencer.

**Abuso sexual de crianças e adolescentes,
assassinos de corpo e de alma.**

Sexo, não se faz com criança
E seu corpo e sua alma não deve ser violada
Para ela, basta-lhe a esperança
E o direito de ser respeitada.

O seu prazer é a fantasia
E não se deve tirar-lhe esse encanto
Nem tampouco tirar-lhe a alegria
Nem transformar seu sorriso em pranto.

Criança e adolescente
Precisam de crescer sem traumas
Em desenvolvimento permanente
Mas sem ferir suas almas.

Quando sexualmente é abusada
Quando violam seu corpo inocente
Sua fragilidade é usada
E sua mente fica doente.

Esse ato é um crime condenável
Lhe traz problemas escuros
Mutila seu corpo e sua mente
E lhe destroem o futuro.

Assédio e abuso sexual
Na vida da criança, hoje é muito presente
Não é algo irreal
E pode estar na casa da gente.

Pode estar na escola, na sociedade e na igreja
Por isso, tem que ser combatido
Pois em qualquer lugar que esteja
Tem que ser severamente punido.

Esses abusos são as vezes imprevisíveis
E os abusadores sexuais
Podem aparecer invisíveis
Também nas redes sociais.

Povo, governos e sociedade
Tem que se unir e combater
E governantes usando de autoridade

Crianças, jovens e adolescentes
Precisam de segurança
Pois abusar de inocentes
É como tirar-lhe a esperança.

E assim: somos todos responsáveis
Em destruir esse crime, esse mal
E aqui estamos incansáveis
Para em favor da criança, combater o abuso
sexual!!!

**Poeta Carlos Lucena.
Baixo – Ceará, maio de 2023.**

Na leitura atenta deste Poema, **Assinale a alternativa que não corresponde ao(s) objetivo(s) da mensagem passada pelo autor.**

- Que é de suma importância enfrentar a violência e o abuso sexual de crianças e adolescentes.
- Que a violência e o abuso sexual é algo concreto e faz parte da realidade e da vida de muitas crianças e adolescentes.
- Que crianças e adolescentes vítimas de violência e abuso sexual sofrem não apenas fisicamente, mas também psicologicamente.
- Que a violência e o abuso sexual só acontece contra crianças e adolescentes do sexo feminino.